

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024005100006000129**

Recife, 28 de maio de 2024.

**Data da solicitação:** 11/05/2024

**Solicitação:**

O Decreto nº 20.604, de 20 de agosto de 2004, que regulamenta a lei nº 16.890, de 11 de agosto de 2003, estabelece (Art. 4º) que a construção, manutenção e recuperação dos passeios ou calçadas cabe, na maioria dos casos, ao proprietário ou ocupante do imóvel. Mais especificamente, a referida norma determina, no Art. 4º, § 1º, que A responsabilidade do Poder Público municipal se dá nos seguintes casos: a) das frentes de água (rios, lagoas, canais e praias), dos canteiros centrais de vias, das praças, dos parques e de imóveis públicos municipais localizados em logradouros públicos; b) de rampas nos cruzamentos das travessias sinalizadas e nos canteiros centrais das vias públicas; c) de alteração do nivelamento, redução ou estragos ocasionados pelo Município e seus delegados. É fato notório que a Prefeitura do Recife vem realizando diversas obras de recuperação de passeios públicos, em diversas áreas da cidade, o que inclui, por exemplo, a calçada localizada em frente ao recém-inaugurado restaurante Coco Bambu, na Av. Gov. Agamenon Magalhães. Diante do exposto, pergunto: a) A Prefeitura do Recife vai requerer dos proprietários ou ocupantes dos imóveis em frente aos quais se localizam os passeios públicos reformados o ressarcimento dos recursos públicos empregados nas referidas obras? b) Em caso de resposta afirmativa à primeira pergunta, de que maneira isso será feito? c) Em caso de resposta negativa à primeira pergunta, qual é o fundamento legal para descumprimento da legislação, com ônus financeiro para o erário municipal?

**Resposta:**

Prezada Senhora.

Em resposta ao presente Pedido de Acesso à Informação, protocolado sob o nº **2024005100006000129**, obtivemos pronunciamento da Diretoria de Planejamento e Projetos da URB RECIFE informando que a Prefeitura do Recife, através desta Autarquia de Urbanização do Recife, vem executando o projeto de Requalificação dos Passeios Públicos (Projeto Calçada Legal), lançado em 2017, que é uma revolução no conceito urbanístico da nossa cidade. Esse Projeto visa requalificar 134 km de calçadas e 56.300 m<sup>2</sup> de largos na Cidade do Recife, tornando-as acessíveis e confortáveis, fazendo com que os cidadãos se apropriem e cuidem do espaço público. Toda essa extensão que vem sendo requalificada está dividida em 10 lotes e, em cada lote, estão inseridas diversas ruas.

A seleção das vias baseou-se na condição de que fossem corredores de transporte público com grande fluxo de pedestres ou aqueles que fazem interligação entre eles, em todas as Regiões Políticas Administrativas (RPAs) do município.

Vale salientar que a obra em questão, em frente ao Restaurante Coco Bambu, faz parte integrante do Lote 10A-1 do referido programa, que tem por objeto a execução de requalificação dos passeios públicos da Avenida Agamenon Magalhães, no trecho entre o Real Hospital Português (RHP) e a Rua Antônio Simões, situada no bairro do Espinheiro.

Passeios bem planejados e bem mantidos são essenciais para garantir a segurança, acessibilidade, conforto e conveniência dos pedestres, especialmente em áreas de grande fluxo. Eles não só facilitam o deslocamento diário, mas também incentivam o uso de transporte público e promovem um ambiente urbano mais sustentável e economicamente vibrante. Investir em passeios de qualidade é, portanto, fundamental para qualquer planejamento urbano eficiente e inclusivo.

Por fim, ressalta-se que o Programa “Calçada Legal” não prevê cobrança de ressarcimento dos recursos públicos empregados nas respectivas obras aos proprietários ou ocupantes dos imóveis em frente aos quais se localizam os passeios públicos requalificados.

Atenciosamente,

**AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DA LAI – URB RECIFE**